

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.466 - PR (2019/0270913-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : SANTOS E COSTA ALIMENTOS LTDA
OUTRO NOME : AUTO POSTO IRACEMA LTDA
AGRAVANTE : LUCIANO MACHADO
AGRAVANTE : BARBARA CRISTINA PALANDRANI LEMOS
AGRAVANTE : ALEX SANDRO YAMASHITA LEMOS
ADVOGADOS : ROSÂNGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER - PR036441
MARCOS PAULO MANTOAN MARCUSSU - PR060677
LUANA GABRIELA RIBEIRO ARAN - PR074372
NELDEMAR SLEDER - PR084462
NATHALYA LOPES TORQUATO - PR076817
GUILHERME MICHEL BARBOZA SLEDER - PR089364
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
MARCOS ROBERTO HASSE - SC010623
ADVOGADOS : MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA - PR027109
ARIADNE PIOVESAN DALLA PALMA - PR074576
WARLYANE GOMES SOUZA - PR093014

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude de ausência de negativa de prestação jurisdicional, incidência da Súmula n. 7 do STJ e consonância do acórdão com jurisprudência firmada em sede de recurso especial repetitivo (e-STJ fls. 585/588).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 403/406):

BANCÁRIO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL E AÇÃO DE COBRANÇA. JULGAMENTO CONJUNTO. CONTRATO DE CAPITAL DE GIRO, CHEQUE OURO, BB GIRO AUTOMÁTICO, BB GIRO RÁPIDO CARTÃO OUROCARD EMPRESARIAL, CONTRATO DE DESCONTOS DE CHEQUES E CONTRATO DE CONTA CORRENTE. 1. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA REJEITADO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROVAS SUFICIENTES NOS AUTOS PARA APRECIACÃO DA DEMANDA. CABE AO JUIZ, DESTINATÁRIO DA PROVA, DECIDIR A LIDE SOB O CONVENCIMENTO MOTIVADO. MATÉRIA APRECIADA REITERADAMENTE NAS DEMANDAS DESSA CÂMARA ESPECIALIZADA. DESNECESSIDADE DA PROVA PERICIAL. 2. SENTENÇA CITRA PETITA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE DOIS CONTRATOS. NULIDADE AFASTADA. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO (CPC/2015, ART. 1.013, § 30, INCISO I). 3. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE EM CONTRATOS FIRMADOS APÓS O ADVENTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36/2001 E QUE PREVEJAM DE FORMA EXPRESSA A TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA TAXA MENSAL. RESP Nº 973.827/RS, SUBMETIDO AO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS. ENUNCIADO Nº 3 DAS 17ª E 18ª CÂMARAS CÍVEIS DESTES TRIBUNAL. 4. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 22.626/1933 (LEI DE USURA). SÚMULA 596 DO STF. ESTIPULAÇÃO EM LIMITE SUPERIOR A 12% AO ANO QUE, POR SI SÓ, NÃO REFLETE ABUSIVIDADE.

PRECEDENTES DO STJ. ABUSIVIDADE

DOS JUROS COBRADOS NOS CONTRATOS EM QUE A TAXA ESTIPULADA FOI SUPERIOR A UMA VEZ E MEIA, AO DOBRO OU AO TRIPLO DAQUILO QUE O BANCO CENTRAL DO BRASIL TENHA REFERENCIADO QUANDO DA FIXAÇÃO DA TAXA MÉDIA, NOS TERMOS DO RECURSO ESPECIAL N.º 1.061.530/RS, JULGADO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

5. TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). AUSÊNCIA DE COBRANÇA EM ALGUNS CONTRATOS E INEXISTÊNCIA DE PACTUAÇÃO EM OUTROS.

6. IMPOSSIBILIDADE DA COBRANÇA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, CUMULADA COM JUROS MORATÓRIOS, REMUNERATÓRIOS E MULTA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 475 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

7. MORA DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE DE SER AFASTADA, DIANTE DA CONSTATAÇÃO DE ABUSIVIDADE NO PERÍODO DE NORMALIDADE CONTRATUAL. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO STJ NO JULGAMENTO DO RESP Nº 1.061.530/RS, SOB A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. POR CONSEQUÊNCIA, BAIXA DA INSCRIÇÃO DO SPC.

8. RECÁLCULO DOS IMPOSTOS IOF, IOC E CPMF. POSSIBILIDADE. DECORRÊNCIA LÓGICA DA REVISÃO CONTRATUAL.

9. APLICAÇÃO DA REGRA 16ª Câmara Cível - TJPR DA IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO (CC, ART. 354). POSSIBILIDADE. NORMA DE NATUREZA COGENTE.

10. REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO DOS VALORES PAGOS E A COMPENSAÇÃO DOS VALORES COBRADOS INDEVIDAMENTE NOS CONTRATOS OBJETOS DA AÇÃO DE COBRANÇA. POSSIBILIDADE.

11. NOVA FIXAÇÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração (e-STJ fls. 469/475) foram rejeitados (e-STJ fls. 483/495).

No recurso especial (e-STJ fls. 691/711), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, os agravantes alegaram:

(i) Violação dos arts. 355, I, 370 e 1.022, II, do CPC/2015, aduzindo para tanto que (e-STJ fl. 516):

[...] não obstante os Recorrentes tenham opostos embargos de declaração, apontando a existência de ponto omissis e contraditório em seu acórdão (julgamento antecipado da lide, indeferimento da produção de provas e posterior improcedência do pedido pela falta de prova) o Egrégio Tribunal de Justiça a quo não acolheu os aclaratórios, deixando de suprir a omissão referente a inequívoca verossimilhança dos argumentos, aptos a ensejar a produção de provas, implicando na violação do art. 355, I e 370 do CPC.

(ii) Divergência quanto à aplicação do art. 51, VI, do CDC, nos seguintes termos: "Considerando a divergência constatada entre os Tribunais pátrios, com relação à abusividade da taxa média dos juros remuneratórios, é notória a existência de cláusula abusiva, considerando a taxa média do mercado exposta pelo BACEN para a mesma operação e no mesmo período, figurando como principal ponto controvertido no presente caso".

No agravo (e-STJ fls. 602/611), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

O agravado apresentou contraminuta (e-STJ fls. 625/630), na qual requer o

desprovimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

Do Cerceamento de Defesa

Inicialmente, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca da questão suscitada nos autos. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação da violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Ainda que ultrapassada esta barreira, não assiste razão aos recorrentes? pois está pacificado no STJ o entendimento de que não configura cerceamento de defesa o julgamento da lide, devidamente fundamentado, sem a produção das provas tidas por desnecessárias pelo magistrado, uma vez que cabe a ele dirigir a instrução e deferir a produção das provas que considerar necessárias à formação do seu convencimento. Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção das provas tidas por desnecessárias pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento.

2. Rever o acórdão que afastou o cerceamento de defesa implicaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 814.657/SC, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/10/2016, DJe 17/10/2016.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458, II, E 535, II, DO CPC/73. OFENSA AFASTADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO. ARTS. 131, 330, I, E 400 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO CONFIGURADO. DANO MORAL. ATO ILÍCITO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DO CASO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida. De fato, inexistente omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido. Ressalta-se não ser possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional, ou ausência de fundamentação.

2. O juiz é o destinatário final das provas, a quem cabe avaliar sua efetiva conveniência e necessidade, advindo daí a possibilidade de indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias, em consonância com o disposto na parte final do art. 130 do CPC/73, de sorte que inexistente nulidade quando o julgamento antecipado da lide decorre, justamente, do entendimento do Juízo a quo de que o feito encontra-se devidamente instruído com os documentos trazidos pelas partes.

3. O Tribunal de origem, com base nas provas constantes dos autos e nos termos das cláusulas avençadas, concluiu pelo não cabimento de indenização por danos morais,

pois o negócio jurídico foi entabulado sem vício de consentimento, bem como não ficou configurada nenhuma conduta ilícita por parte do recorrido. A modificação deste entendimento demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 446.873/RS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/9/2016, DJe 20/10/2016.)

Consequentemente, a análise da imprescindibilidade das provas pretendidas pelos recorrentes demandaria a revisão do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ. A respeito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 130 DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. 'Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em insurgência posterior, pois configura indevida inovação recursal' (AgInt no AREsp 897.353/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 04/08/2016, DJe 16/08/2016).

2. O Tribunal local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, decidiu pela existência de cerceamento de defesa, de forma que o acolhimento da pretensão recursal acerca da desnecessidade da produção das provas requeridas pela parte recorrida demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas nas instâncias ordinárias, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 788.420/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 7/10/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS REQUERIDAS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em sede de recurso especial, não é possível alterar a conclusão do Tribunal de origem de que não é necessária a produção de prova pericial e oral, nem a solicitação ao banco para a exibição de fitas, pois demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 556.785/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 13/11/2014.)

Da abusividade dos Juros Remuneratórios

A Corte local entendeu que os juros pactuados no contrato não eram abusivos, nos seguintes termos (e-STJ fls. 420/423):

20. Ademais, o STJ, em diversos precedentes, a exemplo do REsp 271.214/RS - Rel. Min. Ari Pargendler - 2ª Seção - DJe 4-8-2003; REsp 1036818/RS - Rel. Minª. Nancy Andriighi - 3ª Turma - DJe 20-6-2008; REsp 971.853/RS - 4ª Turma - Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro - DJ 24-9-2007, entende que o reconhecimento da abusividade está atrelado à taxa que venha a ser superior em uma vez e meia, ao dobro ou ao triplo daquilo que o Banco Central do Brasil tenha referenciado quando da fixação da taxa média.

[...]

22. Pois bem. Depreende-se do no contrato de abertura de crédito fixo (capital de giro) nº 083.019.882, firmado entre as partes em 29-12-2012, que foi pactuada a taxa de juros mensal de 1,79% a.m, e a taxa de juros anual de 23,726% a.a (mov.1.6, autos nº 0001906-06.2013.8.16.0048), que está em conformidade com a taxa média de 1,12% a.m.,

conforme consulta ao site do Banco Central do Brasil.

(<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>)

23. A despeito de não demonstrada a contratação da taxa de juros remuneratórios do contrato de descontos de cheques nº 002.069.485, depreende-se dos cálculos da planilha (mov. 1.8) da ação de cobrança nº 0001620-23.2013.8.16.0082, que a taxa de juros cobrada é exatamente a taxa média do mercado, fixada no site do Banco Central do Brasil. Assim, não há que se falar em revisão.

(<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>)

24. Não foi demonstrada a taxa de juros remuneratório do contrato de abertura de crédito para produtos cheque ouro, bb giro automático, bb giro rápido, cartão ourocard empresarial nº 083.019.883 (mov.1.5, autos nº 0001906-06.2013.8.16.0048), e no contrato de conta corrente nº 27389-9, ônus que incumbia ao Banco.

Deste modo, deve ser provido o recurso para que seja aplicada a taxa média a esses contratos. Registre-se, pois constitui fato relevante, que o Banco do Brasil, intimado a especificar provas, permaneceu inerte (mov. 47, autos nº 0001906-06.2013.8.16.0048).

Rever tais conclusões, para acolher a tese de que os encargos pactuados seriam abusivos, demandaria nova interpretação do contrato celebrado entre as partes e incursão no conjunto probatório dos autos, providências vedadas na instância especial, a teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. ABUSIVIDADE CONSTATADA NA ESPÉCIE. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

2. A revisão das conclusões estaduais (acerca da abusividade das taxas de juros estabelecidas no contrato de financiamento) demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providências inviáveis no âmbito do recurso especial, ante os óbices dispostos nas Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.307.785/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 28/10/2019.)

Além do mais, no julgamento do Recurso Especial n. 1.061.530/RS (Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/3/2009), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), esta Corte Superior consolidou as seguintes orientações sobre juros remuneratórios em contratos bancários:

[...] ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;

b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;

- c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;
- d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. [...]

Portanto, não há óbice à revisão contratual, com fundamento no CDC (Súmula n. 297/STJ), nas hipóteses em que, após dilação probatória, ficar cabalmente demonstrada a abusividade da cláusula de juros, sendo insuficiente o fato de o índice estipulado ultrapassar 12% (doze por cento) ao ano (Súmula n. 382/STJ) ou de haver estabilidade inflacionária no período.

A taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para operações similares na mesma época do empréstimo pode ser utilizada como referência no exame do desequilíbrio contratual, mas não constitui valor absoluto a ser adotado em todos os casos. Com efeito, a variação dos juros praticados pelas instituições financeiras decorre de diversos aspectos e especificidades das múltiplas relações contratuais existentes (tipo de operação, prazo, reputação do tomador, garantias, políticas de captação e empréstimo, aplicações da própria entidade financeira, etc.).

Em seu voto, a em. Ministra Relatora destacou que a jurisprudência do STJ tem considerado abusivas, diante do caso concreto, taxas superiores a uma vez e meia, ao dobro ou ao triplo da média. Destaca a Ministra Relatora (fl. 24 do inteiro teor do acórdão supracitado):

[...] A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média. Todavia, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais. A taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos. [...]

Na espécie, o acórdão ora recorrido manteve a taxa dos juros remuneratórios pactuada em 1,79% (um inteiro e setenta e nove centésimos por cento) ao mês, ao entendimento de que não haveria se falar em abusividade, haja vista ser de 1,12% (um inteiro e doze centésimos por cento) ao mês o índice correspondente à média de mercado na respectiva modalidade de crédito (e-STJ fls. 421/422).

Em tais circunstâncias, à mingua de qualquer outro fundamento que demonstre a abusividade, deve ser mantida a cláusula de juros prevista no contrato, por inexistir significativa discrepância entre a taxa média de mercado e o índice pactuado, que não chega a

Superior Tribunal de Justiça

ultrapassar uma vez e meia o percentual médio divulgado pelo Bacen.

Incide, portanto, a Súmula n. 83/STJ como óbice ao recurso.

Ante o exposto, NEGOU provimento ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator